



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638349 - SP (2021/0000680-8)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : GUSTAVO HENRIQUE BICUDO
ADVOGADO : GUSTAVO HENRIQUE BICUDO - SP351877
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FLAVIO SANTOS SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FLAVIO SANTOS SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0100150-43.2017.8.26.0050).

O paciente foi condenado à pena de 2 anos e 8 meses de reclusão em regime inicial fechado, pela prática de tentativa de roubo, como incurso no art. 57, § 2º, inciso II, c/c o art. 14, inciso II, do Código Penal.

O impetrante sustenta que o regime fechado para cumprimento inicial da pena é excessivamente gravoso, visto que o roubo ocorreu em via pública, sem emprego de arma ou violência explícita, bem como o paciente é primário e possui bons antecedentes.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem a fim de fixar regime mais brando ao paciente. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A parte impetrante maneja o *writ* para reformar acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, conforme consulta ao *site* do próprio STJ, já transitou em julgado em 8/6/2020.

Evidencia-se, portanto, que o pedido formulado consubstancia substitutivo de revisão criminal, a despeito de não ter sido inaugurada a competência do STJ. Isso porque, nos termos do art. 105, I, *e*, da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça, originariamente, "as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados".

Confirmam-se precedentes das Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça que tratam da questão, *mutatis mutandis*:

HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO. TRÂNSITO EM JULGADO. SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO INAUGURADA A COMPETÊNCIA DO STJ. SUPRESSÃO. NULIDADE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. RÉU INDEFESO EM PLENÁRIO. NÃO OCORRÊNCIA. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

1. O habeas corpus foi impetrado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo transitado em julgado; é, portanto, substitutivo de revisão criminal. Por força do art. 105, I, 'e', da Constituição Federal, a competência desta Corte para processar e julgar revisão criminal limita-se às hipóteses de seus próprios julgados. Como não existe, neste Tribunal, julgamento de mérito passível de revisão em relação à condenação sofrida pelo paciente, forçoso reconhecer a incompetência deste Tribunal para o processamento do presente pedido [...].

Habeas corpus não conhecido. (HC n. 288.978/SP, relator para o acórdão Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 21/5/2018.)

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. WRIT IMPETRADO CONTRA ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO, SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO INAUGURADA A COMPETÊNCIA DO STJ. SUPRESSÃO. INADMISSIBILIDADE. PEDIDO DE CONCESSÃO DE *HABEAS CORPUS* DE OFÍCIO. DESCABIMENTO. INICIATIVA DO ÓRGÃO JULGADOR.

Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 494.794/MA, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe de 11/4/2019.)

PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. DESACATO. PLEITOS DE ABSOLVIÇÃO, EXCLUSÃO DA REINCIDÊNCIA, FIXAÇÃO DO REGIME ABERTO E SUBSTITUIÇÃO DA PENA CORPORAL POR RESTRITIVA DE DIREITOS. MATÉRIAS NÃO APRECIADA E DECIDIDA PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. WRIT UTILIZADO COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. INVIABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

[...] IV - O exame das alegações do impetrante se mostra processualmente inviável, uma vez que transmuta o habeas corpus em sucedâneo de revisão criminal, já que transitada em julgado a condenação, configurando, assim, usurpação da competência do Tribunal de origem, nos termos dos arts. 105, I, "e" e 108, I, "b", ambos da Constituição Federal.

Habeas corpus não conhecido. (HC n. 540.161/SP, relator Ministro Leopoldo de Arruda, desembargador convocado do TJPE, Quinta Turma, DJe de 17/12/2019.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente